

Marília Santos Fontoura¹

 0009-0003-7103-3264

Jemima Raquel Lopes Santos¹

 0000-0002-9466-0936

Jadiane Mendes de Moraes¹

 0000-0001-7284-3160

Shirlei da Silva Xavier¹

 0000-0001-5700-8976

Adriana Brendler Romano de Oliveira¹

 0009-0001-5363-4846

Luciana de Oliveira Alves Bastos Amorim¹

 0000-0002-6105-7911

Rafael da Costa Veloso¹

 0009-0005-9824-6168

¹ Escola de Saúde Pública da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil.

DOI

10.54620/m791t927



Licença CC BY 4.0

Inovações na formação em saúde: a Escola de Saúde Pública da Bahia

Innovations in health education: the School of Public Health of Bahia

Innovaciones en la formación en salud: la Escuela de Salud Pública de Bahía

RESUMO

Objetivo: Analisar a experiência da Escola de Saúde Pública da Bahia (ESPBA) na implementação de estratégias inovadoras de qualificação profissional, incluindo a regionalização de cursos híbridos de especialização, a implantação do Sistema de Gestão de Estágios Obrigatórios (SGEO), a valorização de instrutores e preceptores e a incorporação da educação a distância. **Método:** Trata-se de um relato de experiência institucional descritivo-analítico, baseado em depoimentos de gestores, docentes e técnicos da ESPBA e na análise de documentos institucionais. **Resultados:** Os resultados evidenciam expansão da oferta formativa para regiões descentralizadas, maior transparência e eficiência na regulação de estágios e fortalecimento da integração ensino-serviço. **Conclusão:** Conclui-se que as inovações adotadas pela ESPBA contribuíram para aprimorar a educação permanente em saúde na Bahia, atendendo às demandas regionais do Sistema Único de Saúde (SUS).

Descritores: Sistema único de saúde; Gestão em saúde; Aprendizagem; Trabalhadores de saúde.

ABSTRACT

Objective: This study analyzed the experience of the School of Public Health of Bahia (ESPBA) in implementing innovative professional training strategies, including the regionalization of hybrid specialization courses, the implementation of the Mandatory Internship Management System (SGEO), the recognition of instructors and preceptors, and the incorporation of distance education. **Methods:** This is a descriptive-analytical institutional experience report, based on testimonials from ESPBA managers, faculty, and technical staff, as well as the analysis of institutional documents.

Results: The results show an expansion of training opportunities in decentralized regions, improved transparency and efficiency in internship regulation, and strengthened integration between education and service. **Conclusions:** It is concluded that the innovations adopted by ESPBA contributed to enhancing continuing health education in Bahia, meeting the regional training needs of Unified Health System (SUS).

Keywords: *Unified health system; Health management; Learning; Health workers.*

RESUMEN

Objetivo: Ese estudio analizó la experiencia de la Escuela de Salud Pública de Bahía (ESPBA) en la implementación de estrategias innovadoras de capacitación profesional, incluyendo la regionalización de cursos híbridos de especialización, la implantación del Sistema de Gestión de Pasantías Obligatorias (SGEO), la valorización de instructores y preceptores, y la incorporación de la educación a distancia. **Método:** Se trata de un relato de experiencia institucional de carácter descriptivo y analítico, basado en testimonios de gestores, docentes y técnicos de la ESPBA y en el análisis de documentos institucionales. **Resultados:** Los resultados evidencian una expansión de la oferta formativa hacia regiones descentralizadas, mayor transparencia y eficiencia en la regulación de pasantías, y el fortalecimiento de la integración entre enseñanza y servicio. **Conclusión:** Se concluye que las innovaciones adoptadas por la ESPBA contribuyeron al fortalecimiento de la educación permanente en salud en Bahía, respondiendo a las demandas regionales del Sistema Brasileño de Salud (SUS).

Descriptorios: *Sistema único de salud; Gestión en salud; Aprendizaje; Trabajadores de la salud.*

INTRODUÇÃO

A Escola de Saúde Pública da Bahia Professor Jorge Novis (ESPBA), conforme Decreto n.º 19.001, de 02 de abril de 2019, integra a estrutura da Superintendência de Recursos Humanos (Superh) da Secretaria da Saúde da Bahia (Sesab), fruto da junção de duas escolas do Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado da Bahia: a Escola de Formação Técnica em Saúde Professor Jorge Novis (EFTS), e a Escola Estadual de Saúde Pública Francisco Peixoto de Magalhães Netto (EESP).

Trata-se de uma escola de governo que integra a formação em todos os níveis, visando alinhar competências dos trabalhadores do SUS às necessidades de saúde da população baiana¹.

A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) propõe a aprendizagem no trabalho, mas ainda há barreiras geográficas que dificultam o acesso à formação presencial

A ESPBA, além de adotar o trabalho como princípio educativo, respondeu a essas demandas por meio de inovações: regionalização de cursos de especialização com metodologias híbridas, implantação do Sistema de Gestão de Estágios Obrigatórios (SGEO), fortalecimento de instrutoria e preceptoria e incorporação das tecnologias como mediadoras de processos educativos. Esse relato de experiência analisa essas estratégias e sua contribuição para expandir e qualificar a Educação Permanente em Saúde (EPS) no Estado da Bahia.

MÉTODOS

O trabalho refere-se a um relato institucional, com abordagem descritiva e analítica, fundamentado em duas fontes principais de informação: análise documental de registros institucionais da ESPBA, como planos pedagógicos, relatórios de gestão, normativas internas e registros administrativos; e relatos sistematizados da equipe técnica, docente e gestora da ESPBA diretamente envolvida na implementação das estratégias analisadas.

Foram selecionados documentos relevantes aos temas do estudo (regionalização, SGEO, preceptoria e Educação a Distância no Sistema Único de Saúde). A análise foi feita por leitura interpretativa e categorização temática, identificando padrões, desafios e resultados.

RESULTADOS

Regionalização na formação em saúde: Os cursos de especialização

Os cursos de especialização da ESPBA originam-se da antiga EESP, quando ainda dependiam de parcerias universitárias para a certificação. Após obter credenciamento junto ao Conselho Estadual de Educação, em 2009, em 2016, a ESPBA oferece cursos de especialização em Saúde Pública de forma

regionalizada, articulada com Núcleos Regionais de Saúde, para atender à política de regionalização da Sesab.

A unificação das escolas de formação técnica e de qualificação pós-graduada permitiu expandir e diversificar os cursos de especialização, a partir das necessidades e demandas do SUS no Estado da Bahia. Contudo, as turmas continuavam concentradas em Salvador e Região Metropolitana, pois as aulas exclusivamente presenciais e os altos custos de deslocamento dificultavam a permanência de trabalhadores de outros municípios, gerando evasão, o desaproveitamento da vaga no decorrer do curso, a não-qualificação do profissional e o prejuízo de recursos humanos e financeiros investidos nas ações.

Com a pandemia da Covid-19, no ano de 2020, a Escola precisou reinventar suas práticas educativas e adotou novos desenhos metodológicos com apoio de tecnologias educacionais para alcançar trabalhadores em diferentes territórios. Nesse contexto, ganharam destaque os cursos de Especialização em Saúde Pública e em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde, pioneiros na formação regionalizada, empregando o que se convencionou chamar de presencial-síncrono ou modelo híbrido de educação, integrando momentos presenciais síncronos transmitidos da sede para salas nos Núcleos Regionais de Saúde, com o apoio de mediadores de aprendizagem.

O modelo combinou metodologias baseadas na aprendizagem significativa, problematização, interdisciplinaridade e interprofissionalidade. Embora tenha imposto desafios tecnológicos e pedagógicos, permitiu expandir o acesso, fortalecer vínculos com os Núcleos Regionais e promover discussões contextualizadas às realidades locais.

Essa metodologia, construída a partir das necessidades do território, tornou-se um recurso relevante de aproximação com trabalhadores e gestores, ampliando a capilarização das ações educativas e fortalecendo a relação com os Núcleos Regionais de Saúde. A articulação contínua com as áreas técnicas possibilitou a concretização do conceito de redes de EPS.

No universo dos atores participantes dos cursos, destacaram-se os docentes, que eram e são principalmente profissionais, com qualificação e expertise, da própria instituição e aqueles que atuam como mediadores de aprendizagem, os quais tiveram e têm um papel fundamental na articulação teoria-prática, no processo de ação-reflexão-ação, inter-relacionando a teoria às práticas e ao processo de trabalho dos trabalhadores, o que contribui para dar sentido às ações educativas propostas.

Os projetos de intervenção, elaborados pelos discentes como trabalhos de conclusão das especializações, têm como objetivo promover mudanças nas práticas e nos processos de trabalho, contribuindo para a melhoria da qualidade da atenção à saúde. Esses projetos incentivam os discentes-trabalhadores a concentrar-se em problemas viáveis e a propor soluções que impactem o cuidado oferecido aos usuários.

Ordenamento e regulação do acesso aos cenários de prática: A experiência do Sistema de Gestão de Estágios Obrigatórios (SGEO)

O contexto da saúde vem incorporando tecnologias voltadas à prevenção de doenças e à reabilitação da saúde das pessoas, envolvendo não somente medicamentos, produtos e procedimentos, mas também sistemas de informação, de modo a subsidiar e apoiar a gestão do SUS em relação a planejamento, programação, regulação, avaliação, controle e auditoria.

Em 2018, a ESPBA implantou o SGEO, visando otimizar e qualificar o processo de regulação dos estágios obrigatórios de graduação da saúde nos diversos cenários de prática do SUS estadual.

A partir de 2008, foi realizado um diagnóstico dos cenários de prática com o intuito de organizar as atividades de estágio, sendo identificada inconsistência entre o número de vagas disponibilizadas (n= 4.234) e o número de ofertadas (n= 2.925), sugerindo que parte desse quantitativo estava sendo distribuída sem adoção de parâmetros, priorizando a entrada em campo de algumas Instituições de Ensino Superior (IES) em detrimento de outras. O Estado da Bahia tomou medidas, que incluíram a celebração de Termo de Cooperação Técnico-científica entre a Sesab e as IES públicas e privadas, legitimando a prática de regulação de estágio no SUS-Bahia².

A Sesab passou a adotar critérios para a distribuição das vagas entre as IES conveniadas situadas no Estado, seguindo ordem de prioridade, a saber: primeiramente, as IES públicas; em seguida, as filantrópicas/comunitárias e privadas³.

Apesar da implementação de medidas, criação de fluxos e normativas, a Sesab, através da ESPBA, executava todo esse processo manualmente, enfrentando uma série de desafios, como atraso e/ou falha no preenchimento dos formulários de disponibilidade e de solicitação das vagas feitos pelos estabelecimentos de saúde e instituições de ensino⁴.

Houve um processo de expansão do ensino superior no Brasil a partir da implementação de políticas públicas⁵. Com isso, surgiu a proposta de criação de um sistema de gestão de dados, envolvendo a Companhia de Processamento de Dados da Bahia (Prodeb), Diretoria de Modernização Administrativa (DMA/Sesab) e a participação ativa dos trabalhadores da Coordenação de Integração da Educação e Trabalho na Saúde (CIET/ESPBA). Assim, a regulação das vagas de estágio obrigatório dos cursos de graduação da saúde passou a ocorrer a partir da seleção de instituições de ensino, públicas e privadas, nos chamamentos públicos.

O SGEO abarca todas as etapas (oferta, demanda e seleção de vagas) com critérios de classificação (indicadores do MEC, geografia, natureza jurídica)

O SGEO inclui módulos para oferta, demanda e aquisição de vagas, com critérios como indicadores do MEC, localização e tipo de instituição⁴. O SGEO promove maior organização e transparência na oferta de vagas, alinhando-as à capacidade dos serviços e às necessidades formativas do SUS.

Formação e valorização de trabalhadores de saúde: Instrutoria e Preceptoria

A ESPBA, alinhada à PNEPS, fortalece a integração ensino-serviço e reorganiza processos de trabalho conforme necessidades dos serviços, demandando incentivo e valorização dos trabalhadores, que têm dedicação diferenciada nos serviços.

No âmbito do Estado da Bahia, têm-se, atualmente, duas políticas de valorização para os servidores, a Lei n.º 10.851, de 10 de dezembro de 2007⁶, que institui a instrutoria interna e diz respeito à docência eventual desempenhada por servidores públicos e a Lei n.º 11.373/2009⁷, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) e prevê a concessão da Gratificação por Exercício de Preceptoria (GEP) aos servidores que desempenham atividades sistemáticas de ensino em serviço.

No âmbito da ESPBA, a possibilidade de gratificação do servidor por meio da instrutoria interna ou da GEP trouxe inúmeros benefícios. Revelam-se indispensáveis para o movimento de formação e qualificação dos trabalhadores de saúde, agregando valorização ao profissional e permitindo ampliação das ofertas.

A instrutoria interna foi instituída a partir de legislação específica em 2007, mas foi reformulada e segue a normativa da Lei n.º 14.799, de 13 de dezembro de 2024. Assim, a instrutoria, no âmbito do Estado da Bahia, configura-se enquanto atividade de

[...] docência eventual desempenhada por servidores públicos ativos ou inativos e empregados públicos do Poder Executivo do Estado (...) em ações de capacitação, com o propósito de aprimorar o cumprimento de competências, metas e resultados institucionais”⁸ (p. 9).

Dentro do que rege tal legislação, existe uma destinação de recursos para gratificação de servidores que desenvolvem a atividade docente. Isso se dá a partir de cálculo de hora/aula, com incentivos diferentes conforme a titulação do professor. Percebe-se uma valorização para que o servidor/docente se qualifique cada vez mais, galgando títulos que acarretarão não apenas conhecimentos individuais, mas também que trarão melhorias para o serviço público.

Nesse sentido, o incentivo à formação e qualificação profissional é um dos incentivos mais eficazes que um estado pode fazer para a melhoria dos sistemas de saúde⁹. A partir do aporte desse recurso, configurou-se uma necessidade de reorganização das ofertas formativas, uma vez que, no âmbito público existe o planejamento de execução orçamentária anual. Foi instituído o Plano Anual de Capacitação (PAC) para reorganizar ofertas formativas, acompanhado de maneira global pela Secretaria da Administração da Bahia (Saeb), mas tendo um gestor focal. Tal acompanhamento acarretou um maior percentual anual de execução ao que fora planejado.

Com relação à GEP, esta permitiu o aumento do número de vagas, principalmente considerando ofertas para as Macrorregiões de Saúde da Bahia. Essa expansão atende à diretriz da regionalização do SUS, eixo estruturante do Pacto de Gestão, que orienta a descentralização das ações e serviços de saúde. A implementação dos cursos regionalizados exige reestruturação metodológica e operacional, adotando o formato híbrido, o que demanda organização e monitoramento do processo ensino-aprendizagem.

As preceptoras desempenham atividades essenciais, incluindo a condução dos momentos presenciais, acompanhando atividades presenciais e virtuais, estimulando trocas de experiências entre discentes, participando de oficinas pedagógicas para construção curricular, bancas de qualificação e conclusão, além da avaliação processual e dos efeitos produzidos na prática profissional, nos processos de trabalho e no próprio serviço.

Há, também, profissionais que atuam como preceptoras vinculadas ao Programa de Monitoramento Integrado em Rede das Ações de Educação na Saúde (PMIAES), criado em 2021, para aprimorar o monitoramento das ações educativas na Sesab, identificando necessidades e subsidiando o planejamento da ESPBA. Suas atividades incluem metodologias ativas, planejamento de estratégias pedagógicas, visitas técnicas articuladas com Núcleos de Educação Permanente em Saúde (NEPS) e execução de ações estruturadas em eixos temáticos, qualificando os processos educativos dos serviços.

Novas estratégias educacionais: incorporação de alguns elementos da Educação à Distância (EaD)

A adoção de estratégias que caracterizam a Educação a Distância no SUS (EaD-SUS) iniciou-se na ESPBA em 2004, quando a Sesab, por meio da EESP-Superh, passou a discutir a incorporação da EaD nos processos de educação permanente do SUS. Entre 2004 e 2006, foi elaborada a proposta inicial para o uso de novas tecnologias na formação das equipes da Saúde da Família. Em 2007, o projeto foi revisado e alinhado ao Programa de Governo e às políticas estaduais, integrando-se às iniciativas “O SUS é uma Escola” e “Universidade Aberta do SUS”.

A partir dessa revisão, estruturou-se o Projeto Portal EaD SUS/BA, com ambiente virtual de aprendizagem voltado à qualificação de gestores da atenção básica, equipes da Estratégia Saúde da Família e agentes comunitários, respondendo à baixa cobertura e à falta de formação contínua no Estado da Bahia. Entre 2007 e 2008, parcerias estratégicas foram firmadas: o Instituto Anísio Teixeira; a Prodeb e a Universidade Federal da Bahia.

Nesse período, definiram-se quatro eixos de atuação: parcerias institucionais, estruturação tecnológica, formação de tutores e planejamento/execução das ações de EaD. Em 2008, ao revisar o projeto, decidiu-se concentrar esforços no ambiente virtual, evitando duplicidades com o site da EESP, consolidando a proposta pedagógica e tecnológica que deu origem

ao EaD SUS/BA como ferramenta permanente de qualificação dos trabalhadores do SUS.

Duas décadas depois, o EaD SUS/BA passou por atualizações, com nova versão da plataforma EaDSUS em parceria com a DMA, a Prodeb e a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), garantindo transferência de tecnologia e customização do ambiente. A expansão da EaD ampliou o acesso à formação em saúde e reforçou o compromisso da ESPBA com a democratização do conhecimento.

A pandemia evidenciou a importância da EaD e a necessidade de metodologias inovadoras e suporte digital, inclusive no ensino presencial. Nesse cenário, torna-se essencial investir em metodologias inovadoras que promovam autonomia e em políticas que ampliem o acesso às tecnologias necessárias ao ensino mediado por recursos digitais¹⁰.

Para sustentar essa estratégia, criou-se uma coordenação dedicada à gestão do EaD SUS/BA, responsável pela gestão das formações mediadas por tecnologia, atuando no Ambiente Virtual de Aprendizagem e no Portal EaD SUS-BA.

DISCUSSÃO

A adoção de estratégias inovadoras tem potencial para enfrentar desafios históricos da formação em saúde no âmbito do SUS. A regionalização dos cursos de especialização em formato híbrido oportunizou uma resposta efetiva às barreiras geográficas e às desigualdades de acesso enfrentadas por trabalhadores do interior do Estado, contribuindo para o fortalecimento da lógica de descentralização e do trabalho em rede¹.

As experiências do ensino remoto síncrono indicam que essa modalidade pode alcançar qualidade formativa semelhante à do ensino presencial, desde que acompanhada de infraestrutura tecnológica adequada, planejamento pedagógico consistente e suporte contínuo aos discentes¹⁰. No contexto da ESPBA, esses elementos mostraram-se fundamentais para sustentar a formação regionalizada e garantir a participação ativa dos trabalhadores nos processos educativos.

A implantação do SGEO destacou o papel estratégico dos sistemas de informação na organização da formação em saúde. Esse cenário se insere no contexto da expansão do ensino superior no Brasil⁵, que ampliou de forma significativa a demanda por campos de prática no SUS. A ausência de critérios objetivos e transparentes na regulação desses cenários compromete a equidade entre instituições de ensino e a capacidade formativa do sistema^{2,4}. Nesse sentido, o SGEO contribuiu para qualificar o planejamento, a distribuição e o monitoramento das vagas de estágio, alinhando a oferta formativa às necessidades e à capacidade instalada dos serviços de saúde.

A valorização de instrutores e preceptores emergiu como outro pilar essencial das inovações institucionais. A experiência da ESPBA reforça evidências de que o reconhecimento dos trabalhadores do SUS como educadores potenciais,

por meio de incentivos financeiros e de carreira, favorece o engajamento docente, a sustentabilidade das ações educativas e a melhoria da supervisão prática⁹. Essa valorização contribui diretamente para a integração ensino-serviço e para a qualificação dos processos de trabalho em saúde.

A incorporação de elementos da EaD consolidou-se como eixo estruturante das inovações institucionais, ampliando o alcance das ações de qualificação dos trabalhadores do SUS. Ao longo dos anos, a consolidação da plataforma EaD SUS/BA permitiu à ESPBA desenvolver infraestrutura tecnológica e expertise institucional, as quais se mostraram decisivas durante a pandemia da Covid-19, corroborando evidências de que a EaD desempenha papel estratégico na continuidade dos processos formativos em contextos críticos¹⁰.

Por fim, destaca-se a importância de avaliações integradas, somativas e permanentes, capazes de mensurar os efeitos das inovações implementadas nos processos de trabalho e nos serviços ofertados. A sustentabilidade de estratégias inovadoras em saúde depende de mecanismos sistemáticos de monitoramento e avaliação, garantindo que tais iniciativas resultem em avanços concretos para o SUS^{1,9}.

CONCLUSÃO

A experiência da ESPBA evidencia que a formação em saúde é aprimorada por estratégias integradas de regionalização, metodologias híbridas, gestão informatizada e valorização dos formadores em serviço. Essas ações descentralizaram a qualificação dos trabalhadores na Bahia e fortaleceram a integração ensino-serviço. Como resultados efetivos, destacam-se o maior acesso à qualificação, o monitoramento das ações formativas e a regionalização consolidada da educação permanente.

Apesar do contexto específico, a formação em saúde oferece aprendizados úteis à gestão e formulação de políticas em EPS. A replicação das estratégias requer adaptações às realidades locais, isto é, às condições existentes, mas aponta caminhos promissores para a inovação na formação dos trabalhadores do SUS. Ressalta-se, por fim, a necessidade de avaliações contínuas que permitam analisar e evidenciar os efeitos nas práticas, nos processos de trabalho e nos serviços de saúde.

REFERÊNCIAS

1. Souza CCMS. Regionalização e trabalho em rede para o fortalecimento das ações educativas em saúde. [Dissertação de Mestrado]. Salvador: Universidade Federal da Bahia; 2021.
2. Andrade LR, Santos IM, Ferreira SC. Regulação de campos de prática na Rede SUS: a experiência da Escola Estadual de Saúde Pública da Bahia. In: Solla JJSP. organizador. Estratégias da Política de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde: experiências da Bahia. Salvador: EDUFBA, 2014:227-238.
3. Ferreira SC, Andrade LR, Novais FB. Demanda por vagas em campos de prática na formação em enfermagem. Rev. Baiana Enferm. [online]. 2015 [citado 2025-11-12];29(3):201-8. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/inde>

- x.php/enfermagem/article/view/13233.
4. Dantas MAF, Amorim LOAB, Câmara IP, Andrade LR, Nogueira DS, Nunes CO, Santos Neto DP, et al. Democratização no acesso aos cenários de ensino-aprendizagem no SUS-Bahia: o sistema de gestão de estágios obrigatórios. In: Vieira SL, editor. *Gestão do Trabalho, Educação e Saúde: Desafios Agudos e Crônicos*. 1ª ed. Guarujá (SP): Editora Científica Digital; 2021:151–169.
 5. Garcia LMLS, Gomes RS, Lara DF. História recente da expansão do ensino superior no Brasil: 1990 a 2020. *Colloquium Humanarum* [online]. 2023 [citado 2025-11-12];20:346–376. Disponível em: <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/4711/3609>.
 6. Bahia. Lei nº 10.851 de 10 de dezembro de 2007. Institui a atividade de instrutoria interna, no âmbito da administração pública do poder executivo estadual, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 2007.
 7. Bahia. Lei nº 11.373 de 5 de fevereiro de 2009. Reestrutura o grupo ocupacional serviços públicos de saúde, criado pela lei nº 5.828, de 13 de junho de 1990, e reestruturado pela lei nº 8.361, de 23 de setembro de 2002, bem como o seu plano de cargos, carreiras e vencimentos - pccv, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 2009; 5 fev.
 8. Bahia. Lei n.º 14.799 de 13 de dezembro de 2024. Disciplina a atividade de instrutoria interna nos órgãos e entidades do poder executivo estadual, na forma que indica, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 2024; 13 dez.
 9. Čulafić S, Janovac T, Jovanović S, Tadić J, Jaganjac J, Milošević A, et al. State Incentives and Sustainable Motivation System in the Health Sector. *Sustainability* [online]. 2021;13(24):13592. DOI: 10.3390/su132413592.
 10. Cavalcante BW, Vilarouca Filho E. Ensino remoto durante a pandemia do COVID-19: percepções de discentes do curso de enfermagem. *Cadernos ESP* [online]. 2022 [citado 2025-11-12];16(3):52–61. Disponível em: <https://cadernos.esp.ce.gov.br/index.php/cadernos/article/view/836>.

Autor Correspondente

Marília Santos Fontoura
marilia.fontoura@saude.ba.gov.br

Contribuições dos Autores

Conceituação: MSF, LOABA, ABRO, SSX, JRLS, RCV; **Metodologia:** MSF, LOABA, ABRO, SSX, JRLS, RCV, JMM; **Curadoria de dados:** JMM; **Administração do Projeto:** JMM; **Supervisão:** MSF, LOABA, ABRO, SSX, JRLS, RCV; **Validação:** MSF, LOABA, ABRO, SSX, JRLS, RCV, JMM; **Redação – esboço original:** MSF, LOABA, ABRO, SSX, JRLS, RCV; **Redação – revisão e edição:** LAA, DMAS, LFS, JVSO, JMM.

Conflito de Interesses

Não há conflitos de interesse.

Financiamento

Próprio.

Editores Associados

Genilton da Silva Faheina Junior, Janaildo Soares de Sousa e Sofia de Moraes Arnaldo

Como Citar

Fontoura MS, Amorim LOAB, Oliveira ABR, Xavier SS, Santos JRL, Veloso RC, Moraes JM. Inovações na formação em saúde: A Escola de Saúde Pública da Bahia. *Cadernos ESP*. 2026;20:e2506.

Recebido em: 01/12/2025

Publicado em: 06/07/2026

